

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.239 - PA (2019/0147764-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : ANGELIM ORIO
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO GODOY PERES - PA011780A
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **ANGELIM ORIO**, contra acórdão do Tribunal de Regional Federal da 1.^a Região no HC n.º 1004822-83.2019.4.01.0000.

Consta nos autos que o recorrente foi denunciado, juntamente com outros acusados, pela suposta prática dos crimes previstos no art. 55, *caput*, da Lei n.º 9.605/1998 e no art. 2.º, *caput*, da Lei n.º 8.176/1991, na forma do art. 70, *caput*, do CP, c/c o art. 29 do CP; no art. 149, *caput*, do CP (13 vezes), na forma do art. 70, *caput*, do CP, c/c o art. 29 do CP; no art. 203, § 2.º c/c o art. 29 do CP; no art. 297, § 4.º c/c o art. 29 do CP; e no art. 16, parágrafo único, inciso III, da Lei n.º 10.826/2003, c/c o art. 29 do CP, todos na forma do art. 69, *caput*, do CP (e-STJ, fls. 720-729).

A denúncia foi recebida (e-STJ, fl. 730).

Apresentada resposta à acusação, o acusado foi absolvido sumariamente da imputação constante no art. 297, § 4.º, do Código Penal, tendo sido julgada extinta a sua punibilidade quanto aos crimes descritos nos arts. 55, *caput*, da Lei n.º 9.605/1998 e 203, § 2.º, do Código Penal, pela prescrição da pretensão punitiva (art. 109, inciso V, do Código Penal).

Indeferido o pedido de absolvição sumária do delito descrito no art. 2.º, *caput*, da Lei n.º 8.176/1991 (usurpação), a defesa impetrou prévio *writ*, cuja ordem foi denegada em acórdão assim ementado:

"PROCESSUAL PENAL. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. ATIPICIDADE HABEAS CORPUS DA CONDUTA. NÃO AFERÍVEL DE PLANO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA.

1. O trancamento da ação penal pela via do é medida excepcional, admitida *habeas corpus* somente se ficar comprovada de plano a atipicidade da conduta, a inocência do acusado, a presença de causa extintiva da punibilidade, ou a existência de outra situação comprovável sem a necessidade de dilação probatória. (Precedentes).

2. A denúncia que preenche os requisitos previstos no art. 41 do Código de Processo Penal e está acompanhada de indícios de autoria e materialidade deve ser recebida.

3. Ordem de *habeas corpus* denegada." (e-STJ, fls. 751-752).

No presente recurso ordinário, a defesa reitera a argumentação de que "a pesquisa de OURO no Município de Água Azul do Norte, Estado do Pará, [...], objeto de fiscalização, indiciamento e oferecimento de denúncia em desfavor do RÉU, aqui Recorrente,

Superior Tribunal de Justiça

estava como de fato está amparada por autorização expedida pelo órgão competente (Departamento Nacional de Pesquisa Mineral), não havendo assim que se falar em tipicidade na conduta imputada em seu desfavor." (e-STJ, fl. 768).

Afirma que o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM (do Ministério das Minas e Energia) expediu alvará em favor de um de Edgardo Eloi de Souza para pesquisa do minério de ouro em 08/11/2005, que foi prorrogado por 3 (três) anos, em 09/02/2009.

Sustenta, assim, que à época da fiscalização, a atividade estava amparada pelo Alvará n.º 12.569, publicado no D.O.U. de 18/11/2005, já que possuía vigência até 09/02/2012, explicando que os direitos foram cedidos ao corréu Edmundo Nascimento Ribeiro, que agia em conjunto com o ora recorrente.

Argumenta que a conduta é atípica e requer, liminarmente, a suspensão do curso da Ação Penal n.º 0001875-08.2013.4.01.3905, até o julgamento do mérito do presente recurso.

Ao final, requer o trancamento da ação penal por ausência de justa causa à persecução criminal.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ, fl. 893).

Prestadas as informações (e-STJ, fls. 904-926), o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 928-935).

É o relatório.

Decido.

Nos termos do entendimento consolidado desta Corte, o trancamento da ação penal e do inquérito por meio do *habeas corpus* é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito.

Quanto ao tema, os seguintes julgados de ambas as Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte:

"PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. 1. PEDIDO DE TRANCAMENTO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. CRIMES SOCIETÁRIOS. DENÚNCIA GERAL. POSSIBILIDADE. 2. CONDUTAS IMPUTADAS DEVIDAMENTE INDIVIDUALIZADAS. EXISTÊNCIA, EM TESE, DE LIGAÇÃO ENTRE AS CONDUTAS E OS FATOS DELITIVOS. 3. OBSERVÂNCIA DO ART. 41 DO CPP. AMPLA DEFESA GARANTIDA. 4. RECURSO EM *HABEAS CORPUS* IMPROVIDO.

1. Como é cediço, o trancamento da ação penal na via estreita do *habeas corpus* somente é possível, em caráter excepcional, quando se comprovar, de plano, a inépcia da denúncia, a atipicidade da conduta, a incidência de causa de extinção da punibilidade ou a ausência de indícios de autoria ou prova da materialidade do delito. Na hipótese dos autos, assevera o recorrente ser inepta a denúncia, uma vez que não descreve de forma adequada sua participação nos fatos imputados na denúncia. Importante esclarecer que não se pode confundir a denúncia genérica com a denúncia geral, pois o direito

pátrio não admite denúncia genérica, sendo possível, entretanto, nos casos de crimes societários e de autoria coletiva, a denúncia geral, ou seja, aquela que, apesar de não detalhar minudentemente as ações imputadas ao denunciado, demonstra, ainda que de maneira sutil, a ligação entre sua conduta e o fato delitivo.

2. Da leitura da denúncia, observa-se que as condutas imputadas ao recorrente bem como aos demais corréus estão devidamente narradas, registrando-se, em especial, com relação ao recorrente que 'na condição de Diretor de Recursos Humanos integrava o Conselho Diretor, permanecendo nessa atividade até a interdição da FCD.

Também participava das tomadas de decisões sobre as operações comerciais inexistentes, permitindo, assim, com pleno conhecimento, que as apropriações ocorressem, aderindo à vontade dos demais diretores na consecução das práticas ilícitas'. Dessa forma, não é possível afirmar que a inicial acusatória é inepta, porquanto devidamente individualizada, em tese, as condutas típicas imputadas ao recorrente. Com efeito, apesar de não haver um minudente detalhamento das ações imputadas especificamente ao recorrente, tem-se demonstrado, ainda que de maneira sutil, a ligação entre suas condutas e os fatos delitivos, o que é suficiente, nos casos de crimes societários e de autoria coletiva, conforme já referido.

3. Assim, "não pode ser acoimada de inepta a denúncia formulada em obediência aos requisitos traçados no artigo 41 do Código de Processo Penal, descrevendo perfeitamente as condutas típicas, cuja autoria é atribuída aos pacientes devidamente qualificados, circunstâncias que permitem o exercício da ampla defesa" (HC 183.660/RJ, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 14/2/2012, DJe 29/2/2012).

4. Recurso em *habeas corpus* improvido." (RHC 54.075/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 1º/8/2017).

"PROCESSUAL PENAL. DENÚNCIA. SONEGAÇÃO FISCAL. CRIME SOCIETÁRIO. AUTORIA COLETIVA. EMPRESA FAMILIAR. RECORRENTES ESPOSAS DE SÓCIOS. DESCRIÇÃO FÁTICA GENÉRICA. SUFICIÊNCIA. DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS DE AUTORIA. INÉPCIA. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO PENAL. TRANCAMENTO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Nos crimes de autoria coletiva admite-se a descrição genérica dos fatos, se não for possível, como na espécie, esmiuçar e especificar a conduta de cada um dos denunciados.

2. Indícios de autoria demonstrados, tanto mais que se trata de uma empresa familiar, sendo as recorrentes, sócias e gerentes, segundo a própria defesa, esposas de outros sócios do grupo empresarial.

3. Tese de inexistência de liame da sua atuação com os fatos narrados que não se reveste de credibilidade na via eleita.

Plausibilidade da acusação.

Superior Tribunal de Justiça

4. Direito de defesa assegurado, em face do cumprimento dos requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal.

5. O *habeas corpus* não se apresenta como via adequada ao trancamento da ação penal, quando o pleito se baseia em falta justa causa (ausência de suporte probatório mínimo à acusação), não relevada, *primo oculi*. Intento, em tal caso, que demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com a via restrita do *writ*.

6. Recurso não provido." (RHC 66.363/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 3/3/2016, DJe 10/3/2016).

No caso, o Colegiado de origem denegou a ordem pelos seguintes fundamentos:

"[...]

Verifico que a denúncia preencheu os requisitos formais do art. 41 do Código de Processo Penal, vez que o mínimo necessário ao exercício do contraditório e da ampla defesa encontrou-se delineado, possibilitando o perfeito exercício do direito à ampla defesa pelos pacientes.

A análise da circunstância de o paciente ter, ou não, praticado a conduta delitiva que lhe é imputada está a demandar a dilação probatória, o que não se apresenta juridicamente possível via processual estreita do .

writ De fato, a análise da denúncia consubstanciada com as informações prestadas pelo impetrado revela sua aptidão para a persecução penal, pois contém a exposição clara e objetiva dos fatos delituosos, revelando ainda a existência de materialidade e indícios suficientes de autoria e que permite à defesa o exercício do seu direito de se contrapor à acusação.

Como bem esclareceu o Ministério Público Federal:

[...]Conforme os autos do processo, o paciente foi acusado de explorar ouro e cobre sem a autorização do órgão público federal competente na Fazenda Campos Altos, Município de Água Azul do Norte, Estado do Pará. Segundo consta, houve uma comunhão de esforços entre o proprietário do imóvel, Manoel Ribeiro dos Santos, e os administradores da atividade ilícita descrita nos autos, dentre os quais se inclui o paciente, para repartir o rendimento auferido no empreendimento. A denúncia oferecida no caso foi recebida em 22 de abril de 2013 porque o juízo impetrado vislumbrou a existência de indícios de autoria e materialidade delitivas, e, portanto, justa causa para a ação penal. O documento trazido pelo impetrante demonstra apenas que havia alvará para pesquisa de ouro. No entanto, o Departamento Nacional de Produção Mineral sequer expediu instrumento de outorga para efetiva exploração do minério. Dessa forma, a denúncia apresentada contra Angelim Orio preenche os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal, e tanto isso é verdade que foi recebida. Os elementos de prova dos autos apontam para a existência de indícios de materialidade e autoria delitivas. O impetrante não demonstrou a sua inexistência. A pretensão do impetrante está voltada para o reexame, pelo Tribunal Regional Federal – 1ª Região, dos elementos de prova coligidos aos autos a respeito da

Superior Tribunal de Justiça

materialidade e autoria do delito imputado ao paciente. Os fatos que dão ensejo ao “habeas corpus” devem ser provados pelo impetrante desde logo porque é inadmissível, no seu curso, a dilação probatória” (fl. 744).

Com efeito, a via estreita do *habeas corpus* é inadequada para maior aprofundamento na apreciação dos fatos e provas para a verificação do preenchimento das circunstâncias exigidas para o reconhecimento do crime em comento.

No caso, entendo pela necessidade de se exaurir completamente a instrução criminal de fundo, exatamente com vistas a apurar as circunstâncias do crime, de maneira a produzir elementos hábeis que permitam o exame pormenorizado da eventual tipicidade da conduta do acusado, relativamente ao crime que lhe é imputado.

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.” (e-STJ, fls. 750-751)

Nesse passo, se as instâncias ordinárias reconheceram, de forma motivada, que existem elementos de convicção a demonstrar a materialidade e autoria delitiva quanto à conduta descrita na peça acusatória, para infirmar tal conclusão, inclusive quanto a eventual atipicidade, seria necessário revolver o contexto fático-probatório dos autos, o que não se coaduna com a via do *writ*.

Em verdade, a rejeição da denúncia e a absolvição sumária dos agentes, por colocarem termo à persecução penal antes mesmo da formação da culpa, exigem que o Julgador tenha convicção absoluta acerca da inexistência de justa causa para a ação penal, o que ocorreu tão somente com relação ao delito art. 297, § 4.º, do Código Penal, devendo a ação penal prosseguir relativamente ao delito capitulado no art. 2.º, *caput*, da Lei nº 8.176/91, consoante determinou o magistrado singular na decisão ratificadora da denúncia (arts. 397 e 399 do CPP), que o fez relativamente “a todos os réus” (e-STJ, fl. 740).

Com efeito, nos termos do referido *decisum*, o Juiz da 1.ª Vara Federal de Redenção-PA entendeu que “[a]s teses arguidas pelos réus constituem matérias de mérito, que demandam dilação probatória”. E continuou:

“Ademais, há justa causa para persecução penal, uma vez que a denúncia está lastreada em documentação oriunda do IPL nº 0043/2011-DPF/RDO/PA, no bojo do qual foram colhidos elementos probatórios que sinalizam no sentido da autoria e materialidade do delito imputado aos denunciados.” (e-STJ, fl. 734; sem grifos no original.)

Embora não se admita a instauração de processos temerários e levianos ou despidos de qualquer sustentáculo probatório, nessa fase processual deve ser privilegiado o princípio do *in dubio pro societate*. De igual modo, não se pode admitir que o Julgador, em juízo de admissibilidade da acusação, termine por cercear o *jus accusationis* do Estado, salvo se manifestamente demonstrada a carência de justa causa para o exercício da ação penal.

Em verdade, a denúncia deve ser analisada de acordo com os requisitos exigidos pelos arts. 41 do CPP e 5º, LV, da CF/1988. Portanto, a peça acusatória deve conter a exposição do fato delituoso em toda a sua essência e com todas as suas

Superior Tribunal de Justiça

circunstâncias, de maneira a individualizar o quanto possível a conduta imputada, bem como sua tipificação, com vistas a viabilizar a persecução penal e o exercício da ampla defesa e do contraditório pelo réu (Nesse sentido: RHC 56.111/PA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 1/10/2015; RHC 58.872/PE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 1/10/2015; RHC 28.236/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 1/10/2015).

"O exame da admissibilidade da denúncia se limita à existência de substrato probatório mínimo e à validade formal da inicial acusatória" (g. n., STF, Inq 3.113/DF, 1.ª Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, DJ-e de 06/02/2015).

No caso em exame, tendo havido a narração de fato típico, antijurídico e culpável, com a devida acuidade, suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do crime e o rol de testemunhas, viabilizando a aplicação da lei penal pelo órgão julgador e o exercício da ampla defesa pela denúncia, forçoso reconhecer que a peça acusatória permite a deflagração da ação penal.

Diante do exposto, **nego provimento** ao recurso.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator